

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu						
Normativo de criação	Decreto - Lei n° 1.237, de 02/05/1939						
Data de instalação	1º/05/1941						
Data da última correição	26 de abril de 2022						
Período de correicionado	1º/4/2022 a 31/3/2023						

Aos 14 de abril de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 007/2023 publicado no DEJT - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pelo Juiz titular, Antônio Cavalcante da Costa Neto, pela Juíza substituta, Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá, pelo Diretor de Secretaria,



Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/4/2022 a 31/3/2023 (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade				
Antonio Cavalcante da Costa Neto	27/5/2022 - Ato TRT SGP nº 68/2022				

Registre-se que a então Juíza titular, Margarida Alves de Araújo, atuou na titularidade da Unidade correicionada até o dia 23 de fevereiro de 2022, quando foi convocada para compor o Tribunal, em decorrência da aposentadoria da Desembargadora Ana Maria Ferreira Madruga (Ato TRT 13 SGP nº 15/2022) e, atualmente, exerce o cargo de Vice-Presidente e Corregedora, eleita por meio da Resolução Administrativa TRT 13 nº 95/2022, para o biênio 2023-2024. O magistrado Alexandre Roque Pinto, permaneceu na unidade como juiz substituto fixo até 08 de janeiro do corrente ano, quando foi convocado para atuar como Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria, no biênio 2023/2024 (Ato TRT13 SGP nº 003/2023). A Juíza substituta, Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá, foi designada para atuar na Unidade correicionada enquanto perdurar o afastamento do Juiz Alexandre Roque Pinto (Ato TRT SCR 03/2023, 16/1/2023).

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **12** servidores:



Servidor	Cargo/Função	Data Iotação
Celso Dionisio de Lima Junior	Secretario de Audiencia	22/5/2017
Claudio Marcelo Figueiredo Cavalcanti	Técnico Judiciário – Calculista	19/11/2013
Flavio Felix do Nascimento	Analista Judiciário – Assistente III	27/9/2022
Hugo Ponce Leon Porto	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/8/2022
Jose Ailton Felix de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	11/12/1990
José Ledo Nobrega de Queiroz	Técnico Judiciário – Calculista	28/4/1993
Mário Moacir de Holanda Cunha Barreto	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/3/2023
Raquel Carolina Fernandes de Castro	Técnico Judiciário – Assistente III	22/8/2022
Rodrigo Costa de Araujo Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/10/2018
Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	18/5/1990
Sinval Duarte Filho	Técnico Judiciário – Assistente III	3/11/1991
Wylka Carlos Lima Vidal	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	10/6/2009

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade Correicionada adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por fase processual, no sistema PJe, sendo distribuídos da seguinte forma: 4 servidores responsáveis pela fase de conhecimento, 1 servidor responsável pela fase de liquidação, e 5 servidores responsáveis pela fase de execução, informando, ainda, que tais não ficam restritos às mencionadas fases, podendo atuar em qualquer uma, caso seja necessário.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/3/2023, um acervo processual de 2.075 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	697
Fase de Liquidação	26
Fase de execução	1.339
Cartas precatórias e de ordem	13

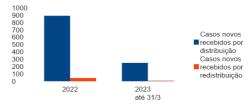


Item	Quantidade
Fase de conhecimento	697
TOTAL	2.075

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 31/3
Casos novos recebidos por distribuição	889	249
Casos novos recebidos por redistribuição	43	7
TOTAL	932	256



No período correicionado, não houve registro de processo recebido com sentença anulada pela instância superior.

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (abril/2022 a março/2023):

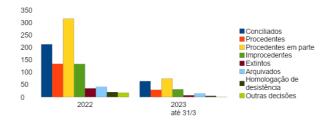


2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/3	
Conciliados	212	64	



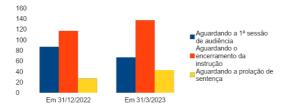
TOTAL	907	225
Outras decisões	17	1
Homologação de desistência	20	5
Arquivados	41	14
Extintos	35	7
Improcedentes	133	31
Procedentes em parte	315	74
Procedentes	134	29



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 31/3/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	87	67
Aguardando o encerramento da instrução	117	137
Aguardando a prolação de sentença	27	43
TOTAL	231	247



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha



sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 31/3	Variação (%) 2022/20231
Fase de conhecimento	670	697	4,03%
Fase de liquidação	14	26	85,71%
Fase de execução	1.336	1.339	0,22%

^{*}Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	173	208	140	352	0
Conciliação em conhecimento	24	19	16	37	10
Conciliação em Execução	17	26	13	20	5
Una	1	1	1	2	0
Instrução	93	153	122	70	20

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a sexta-feira.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)



MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicio- nada
4/22	97	143	117	151	116	119	137	111	137	134	205	86	125	131,75
5/22	234	180	151	247	163	159	194	181	255	197	182	162	175	187,16
6/22	167	102	94	191	116	196	118	175	154	156	187	109	128	143,83
7/22	112	132	66	142	122	137	122	121	148	162	124	145	126	128,91
8/22	127	144	124	158	134	109	132	215	156	157	152	230	109	151,66
9/22	211	123	130	161	143	195	170	183	176	175	158	161	164	161,58
10/22	128	112	90	125	116	91	136	126	169	130	104	86	111	116,33
11/22	116	118	123	139	145	175	237	161	140	143	106	185	158	152,5
12/22	74	84	54	60	67	93	132	64	82	70	71	69	68	76,16
1/23	59	26	39	50	45	25	48	39	40	55	28	30	48	39,41
2/23	97	118	114	92	86	84	174	84	120	94	121	92	110	107,41
3/23	267	195	145	172	167	187	157	165	192	223	177	145	102	168,91
TOTAL	1689	1477	1247	1688	1420	1570	1757	1625	1769	1696	1615	1500	1424	1565,61

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento		2023 até 31/3
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência		44
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	79	69
Do ajuizamento até o encerramento da instrução		100
Da conclusão à prolação da sentença		19
Do ajuizamento até a prolação da sentença		107

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 31/3
Foot on the	Recebidos	281	61
Embargos de declaração	Baixados	279	66



	Pendentes	16	11
Tutela	Recebidos	149	35
Provisórias	Apreciadas	123	31
	Pendentes	6	5
limida a a a /	Recebidos	98	23
Liquidação/ Execução	Baixados	83	21
	Pendentes	12	10

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1°/4/2022 a 31/3/2023			
Item Interpostos Remetidos Pendentes			
Recurso ordinário	483	454	30
Recurso adesivo	24	23	-
Agravo de petição	169	152	10
Total	676	629	40

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base 2022: 95 dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e 172 dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de 124 dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia 31/3, é de 99 dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de 160 dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de 122 dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de 113 dias, para o ano base de 2022, e de 107 dias, relativo a este ano de 2023, até 31 de março. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a

todas as classes processuais no exercício de 2022, foi de 1.189 dias, e de 852

dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de março.



Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no exercício de 2022, foi o 5º maior prazo da jurisdição, e no exercício atual até o dia 31 de março, o 6º menor prazo da jurisdição.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte:e-Gestão e Hórus)

Item	2022	2023 até 31/3
Execuções pendentes	1.271	1.308
Execuções iniciadas	581	162
Desarquivados	130	74
Recebidos de outros Órgãos	3	-
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	548	160
Remetidos a outros Órgãos	4	2
Processos arquivados provisoriamente	361	3
Total de processos pendentes de execução	1.308	1.309

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (abril/22 a março/23):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Item Sistema 2022 2023 até 31/3		
Acordo	PJe	R\$ 5.460.628,44	R\$ 3.947.249,95



TOTAL		R\$ 13.270.107,69	R\$ 5.847.409,52
Execução	PJe	R\$ 7.110.815,52	R\$ 1.857.123,77
Espontâneo	PJe	R\$ 698.663,73	R\$ 43.045,80

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item Sistema 2022 2023 até 31/3			
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 279.607,15	R\$ 102.436,49
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.925.777,39	R\$ 407.880,37
Imposto de renda	PJe	R\$ 177.895,11	R\$ 38.520,40
TOTAL		R\$ 2.383.279,65	R\$ 548.837,260

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/4/2022 a 31/3/2023		
Item	Item Sistema	
BACENJUD	PJe	438
INFOJUD	PJe	133
SIMBA	PJe	1
RENAJUD	PJe	211
BNDT	Pendentes (PJe)	120
	Incluídos (PJe)	402

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente		
IPJ – Índice de Processos Julgados		
Unidades de primeiro grau do TRT 106,93%		
Unidade Correicionada 99,00%		



Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	78,29%
Unidade Correicionada	88,54%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **249** casos novos (por distribuição) e **224** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 88,54%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus		
IPA – Índice de julgamento de processos antigos		
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2	
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020	
Unidada Carraigianada	106,60% da Meta 2	
Unidade Correicionada	99,13% dos processos distribuídos até 31/12/2020	

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus					
IPA – Índice de julgamento de processos antigos					
Unidades de primeiro grau do TRT	106,58% da Meta 2				
	99,11% dos processos distribuídos até 31/12/2021				
	105,04% da Meta 2				
Unidade Correicionada	97,69% dos processos distribuídos até 31/12/2021				

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual					
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%					
Unidadas da minerira grass da TDT	87,47% da Meta 3				
Unidades de primeiro grau do TRT	34,99% de índice de conciliação				
Unidada Carraigianada	79,02% da Meta 3				
Unidade Correicionada	31,61% de índice de conciliação				



Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho:
Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto
percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%

Unidades de primeiro grau do TRT

36,10% de índice de conciliação

nidade Correicionada	93,91% da Meta 3
Offidade Coffeicionada	37,57% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais exceto execuções fiscais, em relação à 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 36,73% e Cláusula de barreira na fase de execução: 51,20%.

Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	138,72%

Meta 5/2023 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 30,01% e Cláusula de barreira na fase de execução: 51,20%.

Unidades de primeiro grau do TRT	52,26 %
Unidade Correicionada	50,55%

Indicadores								
Período	∆ BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2023-01	21	49	335	415	94,10	89,44		91,46
2023-02	70	70	345	426	79,13	78,16		78,59
2023-03	111	62	328	459	61,89	71,72		67,26

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e lgest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de



processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere às fases de conhecimento e execução, entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 31/3
Fase de conhecimento	838	950	202
Fase de execução	492	734	182

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
	8º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
	103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento)

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.122
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.099
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.072
103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.024
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.018
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.007
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.004
113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	983
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	950
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	933
133 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	912
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	850
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	836

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/conhecimento até 31/03)



2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 273 9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 258 4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 250 12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 246 6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 244 103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 237 3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 216 7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 215 113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 214 13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 212 1º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 202 5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 197

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

```
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                         1.240
  7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          992
  3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          913
  9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          779
4º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          762
  5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
  2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          638
  1º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          492
  113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          446
  103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          420
  8º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          380
  13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          299
  12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
```

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução)

```
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       832
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       734
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       712
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       698
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       655
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       634
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       622
113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       589
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       586
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       585
103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       481
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       360
123 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                       319
```

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/execução até 31/3)



8º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 219 2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 218 5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 201 1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 182 6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 152 9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 148 103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 144 13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 127 11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA 12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **436ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (512 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1°	3°	11°	72°	1°	65°
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2°	10°	48°	146°	13º	3°
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3°	1º	1º	117°	18º	76°
13ª Região - PB 1ª Vara de João Pessoa	173°	140°	136°	463°	116°	134°

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):



TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	73	82	441
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2°	156	15	361
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3°	29	33	334
13ª Região - PB - 1ª Vara de João Pessoa	173°	113	86	1.188

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1°	853	447	10
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2°	1.346	399	9
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3°	916	72	8
13ª Região - PB - 1ª Vara de João Pessoa	173°	911	734	12

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2022, estando a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 5 de abril de 2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtivi- dade Taxa de congestio- namento		Força de trabalho
março 22	326°	210°	314°	881°	344°	400°
junho 22	385°	234°	367°	1.196°	307°	386°



MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtivi- dade	Taxa de congestio- namento	Força de trabalho
setembro 22	473°	261°	371°	1.387°	328°	545°
dezembro 22	436°	286°	328°	1.451°	265°	468°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

Vara	Colocação no IGEST
11ª JPA	35°
13ª JPA	75°
10 ^a JPA	207°
3ª JPA	300°
9ª JPA	352°
8ª JPA	378°
12ª JPA	427°
1ª JPA	436°
4ª JPA	445°
7ª JPA	467°
5ª JPA	512°
2ª JPA	624°
6ª JPA	640°



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

Antonio Cavalcante da Costa Neto - maio/22 a março/23						
Motivação	Fonte	Período	Dias			
Licença saúde	SAOAdm	27/5/2022 a 31/5/2022	5			
Férias	SAOAdm	6/7/2022 a 17/7/2022	12			
Férias	SAOAdm	22/8/2022 a 29/8/2022	8			
Férias	SAOAdm	2/2/2023 a 21/2/2023	20			

Juíza Substituta

Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá - janeiro a março/23						
Motivação	Fonte	Período	Dias			
Férias	SAOAdm	26/1/2023 a 5/2/2023	11			
Licença - saúde	SAOAdm	30/3/2023 a 31/3/2023	2			

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Juiz titular e da Juíza substituta, no período de janeiro a março do corrente ano, bem como dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/4/2022 a 31/3/2023) (Fonte: Hórus)



Magistrado	Una	Instrução	Enc instrução/ Inq testemunha	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Alexandre Roque Pinto	3	146	4	294	55	61	563
Mariana Petit Horácio de Brito	-	5	-	5	-	1	11
Luiz Antonio Magalhaes	-	40	-	52	27	6	125
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	2	4	6
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	-	83	1	146	17	14	261
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	-	6	-	7	2	1	16
Paulo Nunes de Oliveira	-	18	-	37	3	1	59
George Falcão Coelho Paiva	-	3	-	4	-	-	7
Antonio Cavalcante da Costa Neto	1	119	5	182	33	45	385
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	-	-	25	1	26
Larissa Leonia Bezerra de An	-	5	1	33	2	5	46
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	3	1	3	-	-	7
Lindinaldo Silva Marinho	-	-		2		-	2

13.3 Incidentes julgados (1º/4/2022 a 31/3/2023) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
Ana Paula de Carvalho Scolari	1	-	-	1
Jose Artur da Silva Torres	-	1	-	1
Paulo Nunes de Oliveira	26	1	2	29
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	42	23	14	79
George Falcão Coelho Paiva	3	1	-	4
Alexandre Roque Pinto - abril a dez/22	97	47	43	187
Mariana Petit Horácio de Brito	1	-	-	1
Sérgio Cabral dos Reis	-	1	-	1
Luiz Antonio Magalhaes	12	4	-	16
Antonio Cavalcante da Costa Neto	99	43	37	179
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	5	-	-	5



Lindinaldo Silva Marinho	1	1	1	3
Elitaliado Oliva Marillio	l '	'	'	5

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

		Com Exa	me do	o mérito		Sem E	xame do	o mérito	
Magistrados	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	Total
Alexandre Roque Pinto	59	47	117	55	4	17	7	8	314
Ana Paula de Carvalho Scolari	1	-	1	1	-	-	-	-	3
Antonio Cavalcante da Costa Neto	63	30	116	44	-	20	18	6	297
Fernando Luiz Duarte Barboza	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	58	26	32	15	-	10	2	5	148
George Falcão Coelho Paiva	1	-	2	2	-	-	-	-	5
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	2	1	8	2	-	1	1	1	15
Luiz Antonio Magalhaes	16	4	24	5	-	3	1	1	54
Mariana Petit Horácio de Brito	2	-	4	-	-		-	-	6
Paulo Nunes de Oliveira	6	21	30	10	-	1	2	7	77
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	3	-	1	-	-	-	-	-	4



O Juiz titular laborou 231 dias, no período de maio de 2022 a março de 2023, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,29 processo/dia e julgou 246 processos quando esteve convocado para substituir os Desembargadores no Tribunal. A Juíza substituta, no período de janeiro a março do corrente ano, laborou 169 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 0,88 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	481
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	304
Homologação da Transação Extrajudicial	52
Embargos de Terceiro Cível	35
Consignação em Pagamento	18
Ação de Cumprimento	15
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	7
Ação Civil Coletiva	5
Produção Antecipada da Prova	3
Tutela Cautelar Antecedente	3
Mandado de Segurança Cível	1
Restauração de Autos	1
Notificação	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Luiz Antonio Magalhaes	28	100%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	32	55,17%
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	2	22,22%



Paulo Nunes de Oliveira	36	70,59%
George Falcão Coelho Paiva	-	0%
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	0%
Lindinaldo Silva Marinho	-	0%
Antonio Cavalcante da Costa Neto	111	76,03%
Alexandre Roque Pinto	150	91,46%
Mariana Petit Horácio de Brito	-	0%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	1	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Alexandre Roque Pinto	314
Ana Paula de Carvalho Scolari	2
Antonio Cavalcante da Costa Neto	297
Fernando Luiz Duarte Barboza	3
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	148
George Falcão Coelho Paiva	5
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	15
Lindinaldo Silva Marinho	1
Luiz Antonio Magalhaes	54
Mariana Petit Horácio de Brito	6
Paulo Nunes de Oliveira	77
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	4

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 14 dias

Magistrados	Dias
Luiz Antonio Magalhaes	13
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	15
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	14
Paulo Nunes de Oliveira	15
George Falcão Coelho Paiva	6
Ana Paula de Carvalho Scolari	57
Lindinaldo Silva Marinho	42



Antonio Cavalcante da Costa Neto	14
Alexandre Roque Pinto	13
Mariana Petit Horácio de Brito	30
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	11

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo o juiz titular Antonio Cavalcante da Costa Neto enviado resposta em 02/11/2022, esclarecendo as providências que foram tomadas pela unidade após as pendências que foram identificadas pela Corregedoria Regional.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre abril de 2022 e março de 2023 - 12 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 56.163,97
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 196.696,46
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 268.476,12
Pagamento contribuições previdenciárias	R\$ 22.725,08
Recolhimento de custas processuais	R\$ 5.235,14



Total	R\$ 561.168,27
Valor transferido para processo da Justiça Comum	R\$ 6.377,80
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 3.006,43
Valor convertido em renda para a União	R\$ 0,32
Pagamento em favor do perito	R\$ 2.486,95

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido nos processos 0000623-49.2018.5.13.0001 e 0131724-20.2015.5.13.0001.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023), o juiz titular e a Juíza Substituta fixa não participaram, no exercício anterior, em cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, constando, apenas, presenças em cursos de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011), abaixo relacionados.

Magistrados	Descrição
Antônio Cavalcante da Costa Neto	Seminário sobre o uso das Redes Sociais pelos Magistrados



	CFC sobre Administração de Varas do Trabalho - EAD	
	Reforma Trabalhista dialogada - Direito Individual - Módulo I - PROAD 6766/2022	
	Seminário sobre Normas Internacionais Trabalhistas na Perspectiva da Recomendação 123/2022 do CNJ - Proad 5423/2022	
	Ética, Inovação e Criatividade - PROAD 6712/2022 - 1 a 29 de agosto de 2022 - 18 h/a	
	A Tecnologia não é neutra-inteligencia artificial e discriminação - PROAD 11796/2022	
	Tecnologia, Trabalho e Direito do Trabalho - PROAD 1273/2022 - 18/FEV - 3 H/A	
	O trabalho da mulher no Poder Judiciário a partir do Direito Comparado - PROAD 2656/2022 - 18 de março - 4 h/a	
	CFC - A Efetividade da Execução Trabalhista e a Desconsideração da Personalidade Jurídica - 7/2 a 23/3	
	Seminário Internacional 80 anos Justiça do Trabalho	
	Semana de enfrentamento ao Assédio Moral e Assédio Sexual - PROAD 4319/2022 - 25/maio - 2 h/a	
	Mód. IV dos Estudos Avançados de Execução: Utilização Otimizada de Ferramentas Eletrônicas para Execução para Servidores - PROAD 1100/2022	
	Leitura Dinâmica e Memorização (híbrido) - PROAD 2523/2022 - 8 e 9/7 (presencial) e 15/6 a 4/7 EAD – 25 h/a	
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	CFC sobre Redação Jurídica	
	Jurisprudência Contemporânea do Tribunal Superior do Trabalho - PROAD 6515/2022	
	Programa Trabalho Seguro - Dia Mundial de Prevenção do Suicídio - LIVE	
	Análise Econômica do Direito - PROAD 4335/2022	
	Live/Evento no 20/2022 Palestra on-line: "Assédio Sexual e outras Violências no Mundo do Trabalho" Promoção:TRT15. Data: 23/9 - 2 h/a	
	Seminário Internacional sobre Métodos Consensuais de Resolução de Disputas: A Justiça do Trabalho a Serviço da Paz	
	WORKSHOP "Gestão de Vara do Trabalho: Pje e E-gestão na prática" - PROAD 9061/2022 - 14 , 24 E 28/OUT 16 h/a	
	Novas Perspectivas sobre a Sinistralidade no Meio Ambiente Laboral	



Registre-se que todos os servidores lotados na Unidade correicionada, participaram das capacitações realizadas, consoante informado pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023) e Segepe (PROAD 2478/2023) abaixo descritas:

Servidores	Descrição
Color Biogisio de Livro Marion	TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Celso Dionisio de Lima Júnior	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA OUT/2022) / ENAP
	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP
Cláudio Marcelo Figueiredo Cavalcanti	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) / ENAP
	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO TRT 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Flávio Félix do Nascimento	TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Hugo Ponce Leon Porto	DIREITO CONSTITUCIONAL / INSTITUTO POLITÉCNICO DE ENSINO A DISTÂNCIA - IPED
	TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO
	TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO II - INVESTINDO PARA SUA APOSENTADORIA - PALESTRA / SEGEPE TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO III - CAMINHOS PARA O CRESCIMENTO DO SEU DINHEIRO - PALESTRA / SEGEPE DO TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.2 - MÓDULO I - PALESTRA - O DIREITO E A LITERATURA: CASOS REAIS ADAPTADOS E ATUALIZADOS ATRAVÉS DE OBRAS LITERÁRIAS / SEGEPE
	TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.2 - MODULO III - O IDEAL LIBERTARIO DA POESIA E O JUSTO, VALOR MAIOR DO DIREITO - PALESTRA / SEGEPE - TRT 13a REGIAO
	TRT - REDAÇÃO JURÍDICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - SEMANA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO TRT 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
José Ailton Félix de Souza	TRT - TECNOLOGIA,TRABALHO E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL		
	LIVE No 029/2022 - ASPECTOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO	
	TRT - DIABETES: CONTROLE E CUIDADOS SÃO OS SEGREDOS - PALESTRA / SEGEPE EM PARCERIA COM O SETOR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - VIVER MELHOR, DA UNIMED JOÃO PESSOA	
	CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS - SISTEMA GARIMPO - VERSÃO 2.2.7 - PARTE NEGOCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO	
	TRT - DIREITO DAS MINORIAS E DISCRIMINACAO POR GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL - WEBINÁRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO	
	TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO	
	TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL	
	TRT - JURIMETRIA - ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO	
	TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO TEORIA GERAL DA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA.	
	SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA / CNJ	
	TRT - CICLO II DO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - PPA /SEGEPE - TRT 13a REGIAO	
	TRT - SEMANA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO	
	TRT - SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO TRT 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO	
	TRT - SEMINÁRIO SOBRE PRECATÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO: ATUALIDADES E PERSPECTIVAS / CGJT, EM PARCERIA COM A ENAMAT E O CEFAST	
	TRT - SIMPLIFICAÇÃO DE LINGUAGEM - PALESTRA ONLINE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO	
José Ledo Nóbrega de Queiroz	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP	
Jose Ledo Nobiega de Quelloz	TRT - DIABETES: CONTROLE E CUIDADOS SÃO OS SEGREDOS - PALESTRA / SEGEPE EM PARCERIA COM O SETOR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - VIVER MELHOR, DA UNIMED JOÃO PESSOA	
	TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO III - CAMINHOS PARA O CRESCIMENTO DO SEU DINHEIRO - PALESTRA / SEGEPE DO TRT DA 13a REGIÃO	
	TRT - NOVEMBRO AZUL: TODOS CONTRA O CÂNCER DE PRÓSTATA - PALESTRA / SEGEPE EM PARCERIA COM O SETOR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - VIVER MELHOR, DA UNIMED JP	
	TRT - JURIMETRIA - ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO	
	TRT - DIREITO DAS MINORIAS E DISCRIMINACAO POR GÊNERO,RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL - WEBINÁRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO	
	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP	
Mário Moacir de Holanda Cunha	TRT - ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA	



Barreto	TRT - JURISPRUDENCIA CONTEMPORANEA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDO
	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - EMPREGADOS DOMÉSTICOS, TRABALHADORES RURAIS E MOTORISTAS PROFISSIONAIS (MÓDULO I) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO
	TRT - REDAÇÃO JURÍDICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP
	TRT - ASPECTOS DESTACADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL AOS AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Raquel Carolina Fernandes de Castro	TRT - CONHECENDO O PODER JUDICIÁRIO E O PAPEL DO CNJ - 2022 - CICLO 1 / CNJ
	TRT - CRIPTO ATIVOS E BLOCKCHAIN, ASPECTOS PRÁTICOS - PERSECUÇÃO PATRIMONIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO /TELEPRESENCIAL
	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA OUT/2022) / ENAP
	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA
	TRT - SEMANA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL
	PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO
	TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO
Rodrigo Costa de Araújo Souza	TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO
	TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL
	LIVE No 029/2022 - ASPECTOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA
	EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA.
Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro	TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO
	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP



	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP
Sinval Duarte Filho	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP
	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP
Wilka Carlos Lima Vidal	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP
	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP
	TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 11 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foram registradas na Ouvidoria nos últimos seis meses, 02 ocorrências, devidamente respondidas.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos magistrados

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;



- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) revisitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando o ocorrido nos processos 0000623-49.2018.5.13.0001 e 0131724-20.2015.5.13.0001.

2. Recomendações específicas

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);



- b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;
- c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;
- d) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, evitando o ocorrido no processo 0000977-40.2019.5.13.0001;
- e) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, especialmente os processos localizados nas tarefas "Aguardando audiência" e "Aguardando apreciação da instância superior", evitando-se o ocorrido nos processos 0000392-17.2021.5.13.0001, 0000355-87.2021.5.13.0001, 0000624-92.2022.5.13.0001, por exemplo;
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a



exemplo dos processos 0000435-27.2016.5.13.0001 e 0000845-12.2021.5.13.0001;

- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, sobretudo acrescentando, no campo "Descrição", o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, evitando-se o ocorrido nos processos 0000178-89.2022.5.13.0001, 0000353-83.2022.5.13.0001, e 0000042-02.2022.5.13.0031, por exemplo;
- f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros, no sistema Garimpo, das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- g) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 5º do Ato nº 001/2022 da CGJT, vez que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) deve ser precedida de determinação judicial expressa, evitando o ocorrido nos processos 0000624-92.2022.5.13.0001 e 0000478-85.2021.5.13.0001.

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores, evitando-se o ocorrido, por exemplo, no processo 0001442-20.2017.5.13.0001;
- b) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000435-27.2016.5.13.0001. e 0000845-12.2021.5.13.0001.



- c) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, acrescentando, no campo "Descrição", o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, evitando-se o ocorrido nos processos 0000178-89.2022.5.13.0001, 0000353-83.2022.5.13.0001, e 0000042-02.2022.5.13.0031, por exemplo;
- d) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos;
- e) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, evitando-se o ocorrido no processo 0000977-40.2019.5.13.0001;
- f) observar o disposto no caput do artigo 5º do Ato nº 001/2022 da CGJT, vez que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) deve ser precedida de determinação judicial expressa, evitando o ocorrido nos processos 0000624-92.2022.5.13.0001 e 0000478-85.2021.5.13.0001.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa permanece funcionando em plena regularidade, buscando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Parabeniza a Unidade correicionada pela expressiva redução em relação ao tempo médio de duração do processo na fase de execução - de 1.189 dias em 2022 para 858 dias no atual exercício (janeiro a março), recomendando à equipe que seja dada continuidade ao trabalho até o final deste exercício.

Destaca, com satisfação, o cumprimento da Meta 2/2022 do CNJ (106,60%) e nesse exercício, especificamente de janeiro a março, vem a unidade correicionada atingindo o índice de 105,04%. De igual modo, a unidade é



parabenizada pelo atingimento da Meta 5/2022 do CNJ (138,72%), sendo concitada a atingir o mesmo desempenho no exercício corrente.

Noutro norte, observa-se que a evolução da 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa no Igest é motivo de preocupação, vez que na correição anterior, a vara encontrava-se na posição 326ª (1º quartil), passando para a posição 436ª (2º quartil) na classificação nacional elaborada pelo TST, conforme dados divulgados no último trimestre de 2022.

Além disso, a tabela relativa aos mesoindicadores aponta que o item "Produtividade", composto pelos indicadores "107 – Taxa de Conciliação" (relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados), "108 – Taxa de Solução" (relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento) e "113 – Taxa de Execução" (relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas), foi o que mais impactou a unidade no período correicionado, passando da 881ª para a 1.451ª posição.

Sendo assim, recomenda a Desembargadora Corregedora que a unidade judiciária vele pelo acompanhamento constante dos indicadores do Igest, com objetivo de proporcionar aos jurisdicionados a célere entrega da prestação jurisdicional.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.



A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





ANEXO

VISTOS

0000353-83.2022.5.13.0001	0000178-89.2022.5.13.0001	0000737-46.2022.5.13.0001
0001195-73.2016.5.13.0001	0000850-10.2016.5.13.0001	0000781-65.2022.5.13.0001
0000744-72.2021.5.13.0001	0000350-31.2022.5.13.0001	0000654-30.2022.5.13.0001
0000702-23.2021.5.13.0001	0000918-47.2022.5.13.0001	0000922-21.2021.5.13.0001
0000038-21.2023.5.13.0001	0000693-27.2022.5.13.0001	0000808-82.2021.5.13.0001
0000220-41.2022.5.13.0001	0000042-02.2022.5.13.0031	0000955-74.2022.5.13.0001
0000604-38.2021.5.13.0001		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000977-40.2019.5.13.0001	0000392-17.2021.5.13.0001	0000355-87.2021.5.13.0001
0000876-32.2021.5.13.0001	0000624-92.2022.5.13.0001	0000478-85.2021.5.13.0001
0000851-19.2021.5.13.0001	0001442-20.2017.5.13.0001	0000435-27.2016.5.13.0001
0000845-12.2021.5.13.0001	0000408-68.2021.5.13.0001	0000604-38.2021.5.13.0001